



## ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, POR MEIO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DE SERTANÓPOLIS, MARILÂNDIA DO SUL E GRANDES RIOS, NO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS COM A FINALIDADE DE DIVULGAR O MOVIMENTO DO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO.

Às dezenove horas do dia onze de junho do ano de dois mil e treze no salão da Câmara Municipal da Cidade de Sertanópolis, foi realizada a Audiência Pública sob a presidência da Promotora de Justiça da Comarca de Sertanópolis, Dra. Viviane Moraes Ribeiro Gerelus, com a participação da lista de presença em anexa. Foi realizada abertura, tecendo breves considerações acerca do papel do Ministério Público nos interesses da sociedade brasileira, e quais eram os propósitos da audiência pública. Posteriormente, já compondo a mesa, foram apresentadas as Ilustres Representantes do Ministério Público, Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça desta cidade e Comarca, Viviane Moraes Ribeiro Gerelus, Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça da cidade e Comarca de Marilândia do Sul, Kelly Vicentini Neves Caldeiras e a Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça da Comarca de Grandes Rios, Rayanne Hagge. Convidou-se ainda para compor a mesa, Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Aleocídio Balzanello, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sertanópolis, José Rogério Dos Santos e Ilustríssima Senhora Representante da Ordem dos Advogados do Brasil de Sertanópolis, Karoline Aparecida Torezan Rafaeli. Composta a mesa e declarada aberta a solenidade foi cantado o hino nacional e passada a palavra à Presidente da mesa.

A Promotora de Justiça deu início aos trabalhos cumprimentando as autoridades presentes, sendo o Prefeito de



Sertanópolis, Aleocídio Balzanello, a Vice-Prefeita do Município de Sertanópolis, Regina Célia Rafaeli, o Presidente da Câmara de Vereadores, José Rogério dos Santos, o Presidente da Maçonaria, Giancarlo Venturelli, o Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Hélio Casagrande, a Presidente do Conselho Municipal do Idoso, Aparecida Casagrande, a Representante da Ordem dos Advogados do Brasil de Sertanópolis, Karolina Aparecida Toresan Rafaeli, a Diretora da APAE de Sertanópolis, Antônia Aparecida Miquelasse Ausche, a Representante do Núcleo Regional de Educação da Cidade de Sertanópolis, Thaísa de Araújo Terra, a Diretora do Colégio Estadual Machado de Assis, Mariluz Barbosa Zanin, a Diretora da Escola Maria Gomes, Silvia Aparecida Martins, além das demais autoridades, membros do Poder Legislativo e da sociedade civil, agradecendo ainda a presença de todos. Preliminarmente deixou consignando a importância de se discutir os assuntos que seriam abordados, eis que de grande relevância para a nossa sociedade. Em seguida, passou a palavra à Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça da Comarca de Grandes Rios, Rayanne Hagge.

Em seu discurso a Promotora de Justiça, cumprimentou todos os presentes e registrou que esta audiência pública tem a finalidade de debater e divulgar as ações a serem desenvolvidas durante o ano de dois mil e treze pelo movimento Paraná Sem Corrupção. Ressalvou alguns casos emblemáticos envolvendo corrupção e improbidade administrativas demonstrando as suas consequências para a sociedade. Ainda, salientou que o Movimento Paraná sem Corrupção pretende envolver toda a sociedade no combate à corrupção. Que todo cidadão pode, e deve participar, incentivando práticas e atitudes positivas, que contribuam para o fortalecimento da honestidade da sociedade. Ações práticas, no dia a dia, na comunidade, na escola, no

10

me



trabalho, nos mais diferentes grupos e lugares, é possível dizer não à corrupção, fazendo simplesmente o que é correto e melhor para todos. Incentivou a discussão crítica, a participação social e a educação para a cidadania como forma de iniciar uma verdadeira mudança cultural capaz de eliminar o famoso “jeitinho brasileiro” de ser, vez que são atos, muitas vezes sem importância, mas que revelam o caráter propenso à corrupção. Por fim, agradeceu o convite e passou a palavra a Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça da cidade e Comarca de Marilândia do Sul, Kelly Vicentini Neves Caldeiras.

Em seu discurso a Promotora de Justiça, cumprimentou todos os presentes e passou a discorrer sobre a PEC 37. Inicialmente esclareceu que a PEC 37 é um Projeto de Emenda à Constituição Federal de 1988, a qual confere ao Ministério Público, o poder de investigar, quando necessário. Consignou que a PEC 37 retira a possibilidade de que instituições como o Ministério Público, COAF, Receita Federal, Ibama, Previdência Social, Polícia Militar, entre outros órgãos do Estado, façam investigações criminais. Ressaltou também que, o Ministério Público, quer apenas garantir que a Constituição Federal seja respeitada e que o mesmo possa atuar em investigações como as que envolvem agentes públicos e agentes políticos, principalmente nos casos de corrupção e de lesão aos cofres públicos, em casos de tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, dentre outros em que a atuação institucional possa fazer diferença. Citou como o exemplo a operação realizada pelo Ministério Público para investigar o caso do Mensalão. Explicitou que as polícias integram o Poder Executivo, Federal ou Estadual, e por esta razão sofrem pressões políticas, aliado ao fato de não ter a prerrogativa da inamovibilidade, que têm os membros do MP. Assim, o Ministério Público é um órgão independente e o promotor que investiga um caso não pode ser afastado dessa investigação por

10

DM



nenhuma autoridade, já um delegado, por exemplo, pode ser transferido quando seu superior achar conveniente. Desta forma, a PEC 37 enfraquece as instituições e desconsidera o interesse da sociedade e de cada cidadão, individualmente, que não teria a quem recorrer em caso de omissões da polícia. Ademais, apresentou notícia exibido pelo Jornal Nacional, a qual dá demonstra o repúdio à PEC 37 por parte do Presidente do STF, o qual ressalva, que o maior prejudicado é o cidadão brasileiro. Ainda, esclareceu que a sociedade civil tem que se mobilizar para cobrar junto aos seus representantes seja na Câmara de Vereadores, na Assembléia Legislativa ou no Congresso Nacional, uma campanha contra a PEC 37. Neste momento, apresentou todos os deputados federais do Paraná que são a favor da PEC 37 e os que são contra o projeto. Ressaltou por fim que a PEC será votada na Câmara dos Deputados no dia 26 de junho de 2013, e que a sociedade brasileira deve ajudar nessa luta contra o crime e a impunidade. Asseverou a necessidade de assinaturas na petição eletrônica e convidou à todos para participarem da mobilização nacional. Agradeceu o convite e passou á palavra à Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça desta cidade e Comarca, Viviane Moraes Ribeiro Gerelus.

De início a Promotora de Justiça agradeceu à participação das colegas, e salientou sobre a importância do papel do Ministério Público e da necessidade do apoio da comunidade para que seja mantida a possibilidade do mesmo continuar investigando os casos de corrupção. Então, aduziu a necessidade de união também para tratar de outro assunto de grande importância, o aumento na violência, principalmente atos infracionais praticados por adolescentes. Adolescentes que deviam estar nas escolas agora acham que ela não é mais importante. Trocaram o respeito pela família pelas drogas e fizeram dela sua governante e para obtê-la não medem nenhum esforço, chegando a praticar crimes de alta

12

PM

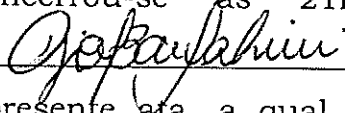


crueldade. Discute-se agora a redução da maioridade penal. Em várias cidades a comunidade já saiu para as ruas em passeatas pedindo a redução para 16 anos. Destacou também que as cadeias estão cheias, superlotadas e nem por isso a criminalidade diminuiu. Vários crimes tiveram suas penas aumentadas e nada disso resolveu. Mas por outro lado, é justo com as vítimas que esses adolescentes fiquem nas ruas, em liberdade, sem receber uma punição que os faça compreender o mal que causaram? Comentou que é certo que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas socioeducativas que tem por função dar essa retribuição, inclusive a internação que é uma medida privativa de liberdade que pode perdurar de até três anos, independentemente da gravidade do ato infracional praticado e da idade do adolescente quando praticou o ato. Assim, é nesse ponto que surgem as grandes discussões, e o adolescente que está prestes à completar 18 anos, merece esse tratamento benéfico dado aquele que conta com 13 ou 14 anos? Afora essa discussão, ainda tem-se que levar em conta os motivos que estão levando esse aumento da criminalidade, principalmente infanto-juvenil. Neste momento esclareceu que a sociedade tem contribuído muito para isso. Se as crianças e seus pais recebessem serviços públicos, principalmente de saúde e educação de qualidade, se recebessem incentivo à profissionalização e capacitação para o mercado de trabalho, talvez não se deixassem levar pelo mundo do crime. Assim, voltou a falar acerca da corrupção. Asseverou que permitindo que o dinheiro público seja desviado está se fomentando a ineficiência dos serviços públicos e o domínio do crime. Diante disso pediu aos presentes o apoio para que a PEC 37 não seja aprovada e que, os Promotores de Justiça possam continuar atuando em prol da sociedade, nas áreas, da saúde, da educação, do meio ambiente, e principalmente no combate à improbidade administrativa, aos crimes de lavagem de dinheiro, de


10

11



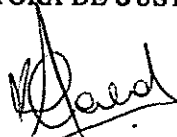
desvios em licitação, corrupção na polícia e nos serviços públicos em geral. Por fim, colocou-se à disposição e convidou todos os seguimentos da sociedade para participarem do movimento, aduzindo que todo auxílio é bem-vindo, e lembrando que o objetivo maior do movimento é o envolvimento da sociedade. Apresentou um vídeo chamado “só de sacanagem” o qual demonstra a importância da honestidade. Agradeceu e abriu a palavra para os membros da mesa que dela quiserem fazer uso e na sequência à comunidade presente. Sendo assim, abriu-se uma ampla discussão com participação de todos os presentes acerca dos temas abordados. Após, a Presidente agradeceu a presença de todos, a participação, a adesão ao Movimento, bem como, a manifestação de repúdio ao Projeto de Emenda Constitucional nº 37. A audiência encerrou-se às 21h30min. Eu, Giovanna Barbosa Marchini , Assessora de Promotor, lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mm, e pelos participantes nominados.

Sertanópolis, 11 de Junho de 2013.



**VIVIANE MORAES RIBEIRO GERELUS**

**PROMOTORA DE JUSTIÇA – PRESIDENTE**



**KELLY VICENTINI NEVES CALEIRAS**

**PROMOTORA DE JUSTIÇA**



**RAYANNE HAGGE**

**PROMOTORA DE JUSTIÇA**



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

## LISTA DE PRESENÇA

M40-

NOME:

RG nº:

Jose Antonio da Costa Estevao	6.848.701-3
JOSÉ RUBEN DOS SANTOS	9.667.203-8
Edgard Aparecido Moraes	1.468.832 PR
Guilherme Venâncio	5.269.320-2 SSPPR
Isabelle Rafaeli	
Márcio de Oliveira	3.207.140-3
Emerson Benedito SILVA	5906.120-8
Edson Antonio Ferro	
Joseca Jose dos Santos	919590.61
Edson dos Santos	6.661.67-7
Deborah Ap. do. Barros	3.012.751-0
Deivid Nalati	582.084.299.53
ANTONIO R.M. SOUZA	1.510.430
Gilberto Braz Aguiar	976682-0
Edson Aparecido de Almeida	9974901-6
Mauricio Aparecido de Almeida	984645
Edson	1638548-2
TIDE BALZANO	558.599-R
Delfino José	2092.877
Jandara do Soc. Santos	31
Edson Aparecido de Almeida	3.130.893-31PA
Mairany Jurumati	9741679-6
Victor Hugo de Almeida	579.308.869-87
Victor Hugo de Almeida	7.820.516-4
Pamela de Almeida	864.830
Orlando de Almeida	6.340.435-7
Marcelo de Almeida	1.664.179-14
Marcelo de Almeida	6.990.967-1
Marcelo de Almeida	126.171
Marcelo de Almeida	733562-97R
REGINA CELIA RAFAELI	472.006.939-87
Regina Celia Rafaeli	9975096-2
MARCOS TOLEZANO	23.228.903-7
GETULIO VARGAS SOARES	9963-7000
Ademir de Almeida	068.177.538-40
Marcelo de Almeida	4.064.629-9
Marcelo de Almeida	9957733-9
Luciano de Almeida	84040325
GUILHERME FERREIRA	9.874.031-7
Marcelo de Almeida	292.1589-7
Edson de Almeida	7.289.250-7
Marcelo de Almeida	4057448.4

